

TRABALHO E VIDA DO OPERARIADO BRASILEIRO NOS SÉCULOS XIX E XX

Rodrigo Janoni Carvalho¹

Introdução

O presente relatório refere-se a uma pesquisa desenvolvida no contexto da disciplina História do Brasil III, que propiciou espaços para discussões sobre o período da Primeira República brasileira (1889-1930). As questões trabalhistas são apenas uma das inúmeras temáticas naquele quadro histórico. Procuramos estabelecer alguns pontos importantes a respeito da situação de vida do operariado em formação naquele momento nos grandes centros urbanos quanto às suas condições de moradia e trabalho. Este estudo se baseia numa seleção de documentos da época em questão e outras destacadas contribuições historiográficas presentes detalhadamente na bibliografia. Dessa forma, visamos um breve olhar para alguns aspectos importantes sobre o cotidiano do movimento operário e seus primeiros passos durante a Primeira República.

A vida operária

As condições de existência dos trabalhadores foram avaliadas por várias instituições ligadas ou não ao poder público. Uma ampla historiografia também nos sugere olhares sobre os meios operários. A vida operária não foi substanciada somente em suas relações sociais, como também por suas condições de vida. Muitos trabalhadores moravam em bairros específicos localizados em áreas desvalorizadas como os vales em São Paulo ou os morros no Rio de Janeiro. Na capital paulista, “o baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíam para o Brás, o Bom Retiro, a Mooca, as novas indústrias e muitos dos imigrantes recém-chegados” (FAUSTO, 1977, p. 19).

Nos bairros operários, havia um padrão de moradia representado pelo excesso de cortiços. Normalmente, formavam aquele padrão as pequenas habitações de estilo pobre, monótono e humilde, como descreve Luiz Edmundo:

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia, MG. rudrigu7@gmail.com.

As casas, em geral, construídas no 'estilo feio e forte da colônia', não têm mais do que um ou dois andares. Todo um conjunto de telhados pardos e tristonhos, erguidos numa feição desirmanada: prédios desrebecados, encardidos [...] verdadeiros frangalhos arquitetônicos. As ladeiras que trepam para o morro são maltratadas e sujas. Têm, porém, uma vida intensíssima, servindo, como servem, a imensa colméia humana, ativa e rumorosa que aí se instala e vive. (Apud CARONE, 1979, pp. 31-32).

As condições de moradia representavam “o maior ultraje às leis e posturas municipais”, como aponta Edmundo. As pessoas se estabeleciam em qualquer prédio velho sob uma absoluta deficiência higiênica, como aponta um relatório da 5ª Delegacia de Saúde do Distrito Federal:

Casas escuras, úmidas e velhas, acham-se repletas de moradores que aí vivem acumulados em cubículos impróprios, mal arejados e deficientemente iluminados. Tudo aqui ocorre para contrariar a higiene; parecendo que o infeliz recanto esteve de há muito condenado pelos poderes públicos que jamais procuraram atender as necessidades dos seus moradores. [...] Nos morros, então, crescem essas condições de desasseio: aí vê-se lixo em toda parte [...] Um outro elemento concernente à falta de limpeza é a escassez d'água, que distribuída em quantidade insuficiente, em nada satisfaz as exigências da população (PORTO, 1936, p. 22-25 apud CARONE, Edgard, 1979, pp. 33-37).

As mesmas descrições precárias eram encontradas em jornais, como o *Fanfulla*², que estimavam a presença deste tipo de moradia em um terço das habitações existentes em São Paulo. “Em cada cubículo, verdadeira colméia humana, com freqüência se comprime toda uma família de trabalhadores, às vezes composta de oito ou nove pessoas” (FANFULLA, 11/10/1904, p. 2 apud PINHEIRO e HALL, 1981, p. 43). Algumas moradias fechavam quarteirões por completo, onde em seu interior multiplicavam-se construções ainda piores originando muitos cortiços.

O cortiço assemelha-se bastante às vilas operárias. A formação de vilas era comum em torno das indústrias, à medida que essa contingência podia ser usada como forma de pressão ou instrumento de força contra greves. As famílias operárias fixavam-se perto das indústrias, principalmente as de tecidos, que se localizavam próximas às linhas férreas, pela logística de escoamento de mercadorias. “A escolha de locais para o estabelecimento das fábricas ou empresas

² Este é um órgão de imprensa da comunidade italiana em São Paulo, sendo considerado o mais importante periódico de origem italiana no Brasil e reconhecido pelo governo da Itália. Maiores informações em <<http://www.jornalfanfulla.com>>. Acesso em 14 jan. 2010.

seguia certas determinações: preço vantajoso dos terrenos, proximidade das estradas de ferro” (DE DECCA, 1989, p. 19).

O loteamento e a construção de casas modestas naqueles locais era um negócio altamente lucrativo. Os industriais procuraram fixar-se em regiões com alta concentração de operários ou instalar suas vilas operárias próximas às suas fábricas. Algumas vilas eram enaltecidas por suas qualidades, como no caso da 1ª Vila Economizadora Paulista, “a mais monumental e a mais completa das construções coletivas de São Paulo, cidade que está indubitavelmente colocada entre as mais belas e as mais adiantadas da América do Sul” (Correio Operário, 05/06/1910, pp. 4-12 *apud* CARONE, 1979, p. 39).

Outro exemplo foi a famosa vila operária conhecida como Maria Zélia, integrada às fábricas têxteis e concebida pelo arquiteto francês Pédarrieux. A vila se constituía numa cidadela operária fechada com escola, igreja, creche, clube, campo esportivo, etc. Considerada “um mundo auto-suficiente e um prolongamento da fábrica ordenava a vida dos operários pela disciplina e ordem através do controle social” (DE DECCA, 1989, p. 26).

As vilas operárias tinham um caráter comum por sua ligação com a indústria representando uma relação entre capital e trabalho. De fato, como prolongamento da fábrica, serviam de “função normativa e disciplinar sobre o comportamento operário no domínio privado e cotidiano fora da esfera de produção” (DE DECCA, 1989, p. 41). Aliava-se a este mecanismo de organização habitacional e controle, as escolas profissionais que objetivavam formar cidadãos obreiros de hábitos cívicos. Sob um controle social amplo, as vilas buscavam oferecer algumas “facilidades” em termos de educação, saúde ou moradia.

Diante das precárias condições de vida, a insatisfação tomou conta dos meios operários em sintonia com o descontentamento geral da população, provocando a organização de greves. As greves foram testemunhos eloqüentes de como as expectativas operárias foram pouco contempladas. O maior exemplo destas manifestações foi a greve geral de 1917, em que a bandeira de luta se resumia no sentimento de solidariedade entre os participantes. Uma greve daquela dimensão, como foi em 1917, representava “uma estratégia exemplar de ação direta,

necessária para a garantia de conquista das melhorias” (LOPREATO, 1997, pp. 36-37).

Antes da greve geral citada, muitas outras mobilizações ocorreram, em que os “primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho” (FAUSTO, 1977, p. 33). É neste contexto que surgem as reivindicações por direitos trabalhistas sob diversas orientações e origens, com destaque aos socialistas, comunistas e anarquistas.

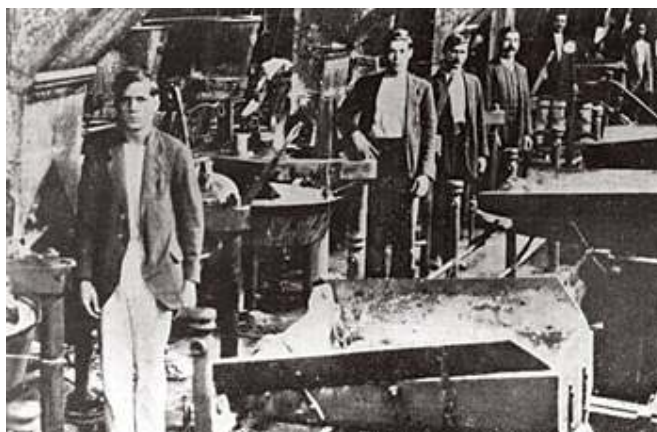


Figura 1. Trabalhadores cruzam os braços em greve paulista. Fonte: CPDOC/FGV.

As reações poderiam ser individuais ou coletivas. Havia casos de revoltas e assassinatos. Apesar da diversidade da vida no campo, aparentemente os trabalhadores rurais não se distinguiram da realidade dura presente no cenário urbano. As inúmeras manifestações durante a Primeira República indicam a resistência coletiva dos trabalhadores, em que “mais de cem greves aconteceram no período, revelando que as relações sociais no campo paulista foram tensas e conflituosas” (DE DECCA, 1989, p. 31). Em 1913, por exemplo, a região de Ribeirão Preto chegou a congregar de dez a quinze mil colonos durante uma greve.



Figura 2. A greve carioca de 1917. Rio de Janeiro. Fonte: Revista da Semana, 04/08/1917.

Diante das tensões provocadas pela relação entre capital e trabalho - culminando em manifestações grevistas - temos a greve geral de 1917, em São Paulo, mencionada anteriormente, com grande destaque na produção historiográfica, a qual teve forte repercussão na época. Neste evento, a capital paulista entrou em total caos.

No dia 12 de julho de 1917, padeiros, leiteiros e trabalhadores da Companhia de Gás e da Light³ aderiam ao movimento grevista. A cidade amanheceu sem pão, sem leite, sem gás, sem luz e sem transporte. A atividade industrial foi paralisada e o comércio fechou as portas. Os paulistanos jamais haviam presenciado um movimento de profunda convulsão social (LOPREATO, 1997, p. 46).

³ Empresa de capital estrangeiro (Canadá) que atuou em São Paulo em atividades de geração, distribuição de energia elétrica e transporte público de bondes. Fundada em 1899, sob o nome de *The São Paulo Tramway, Light and Power Company*, passou por sucessivas mudanças, encerrando suas atividades na década de 1970.



Figura 3. Operários e anarquistas marcham portando bandeiras negras pela cidade de São Paulo durante os protestos de 1917. Fonte: CPDOC/FGV.

No cenário urbano, as greves congregavam muitas categorias de trabalhadores e impressionavam as autoridades. O uso da força policial se destacava nas tentativas de prisão de estrangeiros acusados de incitarem ideologias esquerdistas que mobilizavam operários nas fábricas, como descreve Maurício Lacerda sobre uma greve na Leopoldina Railways⁴, no Rio de Janeiro.

No dia 7 de março de 1920, a Liga Operária de São José de Além Paraíba lançou um manifesto em que reivindicava aumento de salários, pagamento em dobro para horas extras e contrato de trabalho para os trabalhadores da Leopoldina Railways [...] a greve foi declarada. A Federação dos Condutores de Veículos anunciaram uma greve geral. A greve conseguiu agregar metalúrgicos, padeiros, alfaiates e operários de construção civil e outras categorias. O êxito do movimento surpreendeu as autoridades: como de hábito, esse sucesso foi atribuído a agitadores estrangeiros (Voz do Povo, 16/03/1920, p. 1, *apud* PINHEIRO e HALL, 1981, pp. 52-53).

De maneira geral, miséria e exploração predominavam no interior das fábricas tornando a situação de trabalho insustentável sob jornadas excessivas de 10 horas ou mais, baixas remunerações, trabalho infantil, abusos e falta de dignidade. A este respeito vale destacar o depoimento de um trabalhador acerca do engenhoso sistema de exploração múltipla pela Fábrica Ipiranguinha, que englobava “a casa, a venda de gêneros e a oficina – quase toda exploração burguesa reunida – iremos encontrá-lo noutras penitenciárias industriais e agrícolas deste abençoado país [...] juntamente com a precária higiene do presídio e o feroz autoritarismo ali

⁴ Conhecida também como Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, funciona desde 1874. Atualmente compõe a Ferrovia Centro-Atlântica.

reinante” (A Terra Livre, 24/03/1906, p. 1, *apud* PINHEIRO e HALL, 1981, p. 52). Além disso, havia casos de operários submetidos a abusos físicos ou exploração de mão-de-obra infantil, como descreve Jacob Penteado:

Vi, certa vez, um vidreiro, furioso porque a peça ficara inutilizada, despedaçá-la na cabeça do mal-aventurado aprendiz, que berrava feito louco, pois os pedaços de vidro, ainda quente, penetraram-lhe pela camiseta adentro. E o monstro ainda ria, ao ver sua vítima pulando de dor... [...] O ambiente era o pior possível. Calor intolerável, dentro de um barracão coberto de zinco, sem janelas nem ventilação. Os cacos de vidro espalhados pelo chão representavam outro pesadelo para as crianças descalças. A água não primava pela higiene nem pela salubridade. [...] Havia sempre uns infelizes, os menores, de 7 ou 8 anos, que ficavam por ultimo, pois não podiam enfrentar os maiores, que empregavam a força, tomando-lhes a dianteira da bica. Era a lei do mais forte (PENTEADO, 1962, 117-121, *apud* PINHEIRO e HALL, 1981, pp. 55-57).

Contam-se também casos de opressão e emprego de meninas como aprendizes, como denunciava o jornal A Classe Operária. Este veículo de informação, criado pelos operários de uma fábrica têxtil na década de 1920, em São Paulo, visava alertar a realidade que aquelas pessoas vivenciavam.

Estamos trabalhando 9 horas por dia. Desde 14 de fevereiro, quando principiou a crise de energia começaram a diminuir os dias de trabalho. Temos trabalhado só três dias semanais. Alguns companheiros trabalham noutras fábricas que possuem força em dias opostos. A miséria nos entra em casa. Passamos dias negros. [...] Trabalham conosco bastante meninas, como aprendizes. Com a saca na mão, para dar ao receber espulas, passam o dia numa roda-viva. Dentro dessa fábrica, como em todas as de São Paulo, existe uma verdadeira opressão, que nos humilha pesadamente (A Classe Operária, 18/06/1925, p. 1, *apud* PINHEIRO e HALL, 1981, pp. 127-130).

Em síntese, procuramos apontar alguns aspectos importantes da realidade operária nos anos da Primeira República brasileira, época esta que marcou os primeiros passos da organização entre os trabalhadores e a expressão de manifestações populares. Observamos que as condições de trabalho, moradia e vida proletária nos grandes centros urbanos, principalmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, ofereciam dificuldades de monta, em vista da miséria, dos baixos salários, da insalubridade e da falta de higiene.

O período de 1889-1930 é tradicionalmente considerado como os primeiros anos do republicanismo brasileiro, assim como de formação da classe

operária. A expansão da economia cafeeira nos últimos anos do século XIX é um marco neste contexto, já que o avanço daquela economia capitalista de exportação gerou as condições internas para constituição de um núcleo de trabalhadores de serviços, preenchendo, por assim dizer, os requisitos para o surgimento do proletariado fabril (FAUSTO, 1977, pp. 13-14).

Concomitantemente àquele avanço capitalista, observa-se um maior desenvolvimento urbano e um crescimento das indústrias, do sistema de transportes, de crédito e da imigração estrangeira. Essas transformações implicaram no surgimento de novos grupos, forças sociais, agremiações e jornais dirigidos aos imigrantes. Ao estudarmos alguns resquícios documentais da época, podemos compreender mais a fundo a formação do proletariado brasileiro e suas condições de existência, em que o trabalho era meio único de sobrevivência.



Figura 4. Manifestação operária em comemoração ao Dia do Trabalho. 1919. Rio de Janeiro.

Fonte: CPDOC/Revista da Semana, 10/05/1919.

Referências

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877 - 1944)**. São Paulo, Difel, 1979.

DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Cotidiano de Trabalhadores na República.** São Paulo 1889-1920. Coleção Tudo é História, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Boris. A Formação da Classe Operária: determinações estruturais. In: **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920).** São Paulo: Difel, 1977.

LOPREATO, Christina S. R. **A Semana Trágica:** a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910:** retrato de época. São Paulo: Martins, 1962.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930):** Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado. Campinas: Brasiliense, 1981.

PORTO, Eurico Bellens. **A Insurreição de 27 de novembro.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936.

Jornais e Periódicos

A Classe Operária (1925).

A Terra Livre (1906).

Correio Operário (1910).

Fanfulla (1904).

O Rio de Janeiro do Meu Tempo (1906).

Revista da Semana (1917-1919).

Voz do Povo (1920).